

Retórica da Perda nas eleições presidenciais brasileiras em 2018: religião, medos sociais e tradição em foco

CHRISTINA VITAL DA CUNHA

DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA,
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
RIO DE JANEIRO, BRASIL

Correio eletrônico: chrsvital10@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4867-1500>

Data de envio: 28-02-2020 / **Data de recebimento:** 28-02-2020

Data de aceptación: 14-12-2020.

RESUMO

Neste artigo refletimos sobre a produção de duas estratégias políticas que nomeamos Retórica da Perda e Aliados dos Evangélicos. Nosso foco recaiu sobre a mobilização delas durante as eleições presidenciais brasileiras de 2018, em especial, pelo então candidato Jair Bolsonaro. Buscamos explorar a convergência entre narrativas e interesses religiosos e seculares nesses processos tendo em vista que jogos de ocultação e revelação do religioso se desenrolam acentuadamente na política brasileira nas últimas duas décadas. As reflexões que desenvolvemos aqui são fruto de um trabalho coletivo e interinstitucional de acompanhamento das eleições 2018 no Brasil. Neste pleito, gramáticas e perspectivas religiosas foram apresentadas e defendidas à luz de narrativas que enfatizavam tradição e segurança produzindo esperança sobre um resgate da autoridade, de estilos de vida e valores sociais que estariam sob ameaça na atualidade.

PALAVRAS-CHAVE: retórica da perda; religião; evangélicos; eleições 2018 Brasil; Jair Bolsonaro

RESUMEN

En este artículo reflexionamos sobre la producción de dos estrategias políticas que llamamos Retórica de la Pérdida y Aliados de los Evangélicos. Nuestro enfoque estuvo en su movilización durante las elecciones presidenciales brasileñas de 2018, especialmente por el entonces candidato Jair Bolsonaro. Buscamos explorar la convergencia entre narrativas e intereses

religiosos y seculares en estos procesos en vista del hecho de que los juegos de ocultación y revelación de lo religioso se han desarrollado de manera aguda en la política brasileña en las últimas dos décadas. Las reflexiones que hemos desarrollado aquí son el resultado de un trabajo colectivo e interinstitucional para monitorear las elecciones de 2018 en Brasil. En esta elección se presentaron y defendieron gramáticas y perspectivas religiosas a la luz de narrativas que enfatizaban la tradición y la seguridad, produciendo esperanzas de un rescate de la autoridad, los estilos de vida y los valores sociales que estarían amenazados en los tiempos modernos.

PALABRAS CLAVE: retórica de pérdida; religión; evangélicos; elecciones de Brasil de 2018; Jair Bolsonaro



INTRODUÇÃO¹

[Há] forças poluidoras inerentes à própria estrutura das ideias e que punem a ruptura simbólica daquilo que deveria estar junto ou a junção daquilo que deve estar separado. Decorrente daí que essa poluição é um tipo de perigo que só tende a ocorrer onde as fronteiras da estrutura, cósmica ou sociais, são claramente definidas. Uma pessoa poluidora está sempre errada.

Ela desenvolveu uma condição errada ou simplesmente ultrapassou alguma fronteira que não deveria ter sido ultrapassada, e tal deslocamento representa perigos para alguém.
Mary Douglas, 2012 [1966].

Em um contexto de produção pós-estruturalista e no qual a dimensão da agência se sobrepõe ao da representação como meio de pensar diferentes dinâmicas sociais, tomo licença para começar estas reflexões com Mary Douglas, antropóloga cuja contribuição foi fundamental para o desenvolvimento de noções como separação, risco, poluição, perigo, ordem, pureza e moral no âmbito das Ciências Sociais. Em especial *Pureza e Perigo*, será aqui mobilizado como ferramenta analítica de um contexto político no qual o elemento religioso (atores e narrativas) emerge conformando estratégias de alcance e manutenção de poder político.

1 Neste artigo utilizo o sistema de referencia autor data.

Mais especificamente, desde as eleições 2010 no Brasil a ideia de uma “desordem” observável na forma de perigos morais vem ganhando força e nas eleições 2018 estes sentimentos (de desordem e de perigo) assumiram centralidade na narrativa de boa parte dos vitoriosos naquelas eleições.

Sendo assim, neste artigo tenho como objetivo refletir sobre a produção de duas estratégias políticas, a saber, Retórica da Perda e Aliados dos Evangélicos. Nosso foco recaiu sobre a mobilização dessas estratégias durante as eleições presidenciais brasileiras de 2018, mas continuamos a acompanhar o uso situado destas estratégias durante a gestão do presidente eleito Jair Bolsonaro. Chama nossa atenção, nos arranjos que sustentam tais narrativas, as convergências entre interesses religiosos e seculares em uma espécie de jogos de ocultação e revelação do religioso comuns há, pelos menos, duas décadas no Brasil conformando processos identificados como de instrumentalização da religião e da política nacionais (Oro, Mariano 2010).

As reflexões que desenvolvemos aqui são fruto de um trabalho coletivo e interinstitucional de acompanhamento das eleições 2018 no Brasil². Neste pleito, gramáticas e perspectivas cristãs foram apresentadas e defendidas à luz de narrativas que enfatizavam tradição e segurança produzindo esperança sobre um resgate da autoridade, de estilos de vida e valores sociais que estariam sob ameaça na modernidade. A união política estratégica de católicos e evangélicos nos Estados Unidos e América Latina é notável. No entanto, pelo crescimento continuado do pentecostalismo no mundo e pela visibilidade que seus líderes buscam na grande mídia e em redes sociais, este é o segmento que mais recebe atenção da academia e da

2 Refiro-me à pesquisa “*Candidaturas evangélicas nas eleições 2018: mapeamento de postulantes ao poder legislativo no Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Minas Gerais*”, realizada entre 2018-2019, pelo Instituto de Estudos da Religião com apoio da Fundação Heinrich Boll. A equipe formada para esta pesquisa contou com Christina Vital da Cunha e Clemir Fernandes como consultores e Ana Carolina Evangelista na coordenação executiva. Como auxiliares de pesquisa participaram Felipe Lins, Marcelle Decothé, Gabriele Ribeiro, Vanessa Cardozo, Rafaela Marques, Rodrigo Camurça. O período de confecção do projeto, coleta e análise dos dados foi de julho de 2018 a fevereiro de 2019. Parte de seus resultados estão em Vital da Cunha e Evangelista (2019).

imprensa em suas ações políticas conservadoras. Segundo Mariano e Gerardi (2019), citando Mark Shibley (1998), Pentecostalismo e Fundamentalismo são “parentes” nos planos teológico e cultural e se formaram em reação ao liberalismo teológico protestante em fins do século XIX. Embora o peso deste crescimento se manifeste em termos culturais com reverberações em diferentes esferas da vida social, vale destacar que a eficácia das estratégias que apresentarei neste artigo se devem a ele e também a um contexto de crescimento nos índices de violência no campo e nas cidades³, de aumento de desemprego⁴, de inúmeras mudanças nos costumes ocorridas no Brasil e no mundo. Em minha análise, privilegiarei o olhar sobre a dimensão religiosa, ciente, como foi dito, de que uma multiplicidade de fatores influenciou o êxito das estratégias acompanhadas na pesquisa.

Na primeira sessão deste artigo apresentarei um breve quadro da crescente oposição de líderes evangélicos em relação a políticas públicas e diretrizes do governo federal nos quase 15 anos que antecedem as eleições 2018. Na sessão seguinte, enfatizo o pleito 2014 e 2018 com vistas a refletirmos sobre sentimentos públicos experimentados no período e a relação deles com a emergência de uma Retórica da Perda. Na última sessão destaco uma composição específica entre católicos e evangélicos com vista não somente à vitória eleitoral, mas a afirmação de um bloco majoritário em termos religiosos com expressões sociais e políticas a serem consideradas.

3 Dados do Atlas da Violência de 2015 revelaram o número de 28,9 mortes violentas por 100 mil habitantes. A maioria das mortes nas cidades, mas o Atlas mostra o crescimento no número de homicídios e mortes violentas por causa indeterminada no campo. Neste quesito, o município de Altamira (PA) teve a maior alta, seguido de outras cidades no interior da Bahia, Sergipe e Maranhão. Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública apontaram os números de 30,8 e 27,5 de mortes por 100 mil habitantes em 2017 e 2018, respectivamente.

4 26% da população brasileira se encontrava abaixo da linha de pobreza em 2017, segundo dados do IBGE. Isso significa que recebem, aproximadamente, até R\$ 420,00 por mês ou menos. Em 2017, o percentual de desempregados no Brasil atingiu 12,7% da população, o maior número desde 2012, quando teve início a série histórica.

A INSATISFAÇÃO DE LÍDERES EVANGÉLICOS COM A ESQUERDA NO BRASIL

Desde as eleições presidenciais de 2006 conseguimos identificar uma tensão significativa entre líderes religiosos ligados a poderosas denominações evangélicas e o governo federal. As tensões encontram variadas motivações empíricas das quais destacaria: a investigação da Política Federal que resultou no indiciamento e prisão de bispos e pastores pentecostais na Operação Sanguessuga⁵, o apoio governamental ao PLC 122/2006 que tornava crime a discriminação ou preconceito de gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero⁶, as disputas denominacionais por poder na mídia⁷, as alterações do Código Civil (Mariano 2007), entre outras situações e políticas públicas resultantes das gestões de esquerda entre 2002 e 2015.

Paralelo ao fosso que ia se criando entre governo federal e os partidos de esquerda em relação a líderes evangélicos midiáticos em proporção cada vez maior, setores mais conservadores e orga-

-
- 5 O “escândalo das sanguessugas” ou “máfia das ambulâncias” foi como ficou conhecida a investigação da Polícia Federal deflagrada em maio de 2006 com o objetivo de combater a corrupção no âmbito legislativo e executivo nacional. Sua missão era desbaratar uma quadrilha formada por parlamentares, assessores, servidores públicos que atuavam via fraudes em licitações para a compra de ambulâncias pelo Ministério da Saúde, pasta, à época, sob o comando de José Serra, durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. A quadrilha teria usado 110 milhões de reais do Orçamento para a compra de ambulâncias superfaturadas, muitas das quais sem condições de uso. Na Câmara dos Deputados foram instaurados 67 processos de cassação de mandato por quebra de decoro parlamentar, dos quais 29 eram deputados federais evangélicos.
 - 6 Também conhecido como PL 122 de combate à homofobia. Em 13 de junho de 2019, por maioria, a Suprema Corte votou pelo enquadramento da homofobia e da transfobia como tipo penal definido na Lei do Racismo (Lei 7.716/1989) até que o Congresso Nacional edite lei sobre a matéria.
 - 7 Entre líderes evangélicos que arrendavam horários na grade de canais de TV aberta no Brasil se insurgiram contra a Igreja Universal do Reino de Deus. Segundo eles, além de já terem a Rede Record, a IURD passou a arrendar horários em outras emissoras oferecendo um valor alto por eles. Com isso dificultaram e, em alguns casos, inviabilizaram a presença de outras lideranças evangélicas e denominações na TV. Esta animosidade que circulava no meio evangélico desde meados dos anos 2000, veio a público durante as eleições estaduais de 2014. Em programas eleitorais no período, o pastor Silas Malafaia se pronunciou em favor Pezão, contra Marcelo Crivella, revelando o caso da disputa na mídia acentuando: “SE eles fazem isso com irmãos, o que farão com você?”.

nizados da Igreja Católica se insurgiam contra o PNDH3 – Plano Nacional de Direitos Humanos⁸, resultado de uma consulta pública sem paralelo na história do Brasil e que contava com a previsão da garantia de direitos para minorias organizadas, dentre elas mulheres, gays, lésbicas e pessoas trans. A proximidade entre católicos e evangélicos em torno de pautas específicas no Congresso Nacional foi se solidificando desde então (Machado 2012; Vital da Cunha e Lopes, 2012; Mariz 2017 entre outros) resultando em uma aliança cristã que analisaremos à frente neste artigo.

Nas eleições presidenciais de 2010, parte das lideranças evangélicas ligadas a denominações de grande projeção apoiou a candidatura de José Serra (PSDB). Pastor Everaldo, deputado federal pelo PSC-RJ, apoiador da então candidata Dilma Rousseff, em entrevista concedida à pesquisa (Vital da Cunha, Lopes e Lui 2017), deixou clara a sua insatisfação e de outros líderes evangélicos com as gestões de esquerda, principalmente a partir de 2010. Disse terem se sentido “traídos” pelo governo citando como exemplos o caso da produção do material didático do MEC de combate à homofobia nas escolas que a um só tempo serviria como apologia à homossexualidade e à erotização precoce de crianças, conforme divulgado em inúmeras postagens e materiais produtores de desinformação, disseminação de *fake news* e pânicos morais⁹, e a confecção do Plano Nacional de Participação Social - PNPS que, segundo Everaldo, em entrevista à pesquisa, tinha como intenção a colocação de banheiros unissex nas escolas de todo o país (Vital da Cunha e Lopes 2012; Vital da Cunha, Lopes e Lui 2017).

8 O Terceiro Programa Nacional de Direitos Humanos, instituído pelo Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, e atualizado pelo Decreto nº 7.177, de 12 de maio de 2010, é produto de uma construção democrática e participativa, incorporando resoluções da 11ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, além de propostas aprovadas em mais de 50 conferências temáticas, promovidas desde 2003, em áreas como segurança alimentar, educação, saúde, habitação, igualdade racial, direitos da mulher, juventude, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos, meio ambiente etc. Para saber mais ver <https://pndh3.sdh.gov.br/portal/sistema/sobre-o-pndh3> Acesso em 07 de setembro de 2019.

9 Pânico Morais conformam um “mecanismo de resistência e controle da transformação societária”. Esses elementos, como afirma Miskolci, “emergem a partir do medo social com relação às mudanças, especialmente as percebidas como repentinas, talvez por isso mesmo, ameaçadoras” (Miskolci, 2007: 103).

A suspensão do referido material didático do MEC, conhecido na grande mídia como “kit gay”, assim como a obstrução da tramitação do projeto de lei de criminalização da homofobia na Câmara Federal, a eleição de Marco Feliciano para a presidência da Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Deputados, em 2013, entre outros, foram contabilizados por líderes evangélicos como sinais do crescimento do capital político deste grupo no Brasil. O lançamento de uma candidatura evangélica nas eleições presidenciais de 2014 foi emblemática desta percepção, assim como da inegável ambição de líderes do PSC que reunia vários políticos ligados à Igreja Evangélica Assembleia de Deus em concorrência direta com o PRB (atual Republicanos), partido ligado à Igreja Universal do Reino de Deus (Vital da Cunha, Lopes e Lui 2017).

Estas eleições foram muito acirradas numa polarização significativa entre PSDB e PT, embora fosse o pleito até ali que contava com o maior número de candidaturas para a presidência da República (três candidatas e sete candidatos) em um número também recorde de partidos na disputa (32 partidos). Conflitos e oposições foram se consolidando. A despeito de compreendermos que há muito mais composições possíveis na vida social do que os enquadramentos binários permitem enxergar, perspectiva basilar da Antropologia, os binarismos estavam sendo ativados com repercussões a serem compreendidas ao longo do tempo.

A sociedade saiu ainda mais cindida das eleições: Dilma Rousseff (PT) venceu com apenas 3% de diferença em relação ao seu opositor, Aécio Neves (PSDB). A insatisfação e o medo se revelaram no maior percentual de votos nulos, brancos e abstenções – ao fim e ao cabo, foram quase 28%. No Congresso Nacional, a fragmentação política se ampliou com a eleição de representantes de 28 partidos, seis a mais do que se tinha em 2010. O “voto evangélico”, alvo de disputa no cenário político desde, pelo menos, as eleições de Fernando Collor de Melo, se concentrou, em grande parte, em torno do candidato Aécio Neves (PSDB). Nestas eleições, as categorias religião e tradição foram conclamadas para explicar posicionamentos e para pacificar os ânimos, embora, em muitos casos, parecessem acirrá-los ainda mais. A defesa da família

por líderes evangélicos e católicos passou a se basear publicamente na “tradição”, por exemplo. Com isso buscavam se contrapor às acusações de que estavam falando sobre religião ou como religiosos, violando a laicidade. Buscavam fundamento em uma ética e estética da família tradicional, dos valores tradicionais brasileiros (Carranza e Vital da Cunha 2018).

No caldo das antipatias, atordoamentos e ódios que explodiram em 2013, e que foram amplificados pós-eleições presidenciais de 2014, a rejeição à religião cresceu em vários segmentos sociais sendo identificada como um mal a ser combatido. O antídoto público apresentado por políticos de esquerda, movimento social e elites intelectuais e artísticas seria, em grande medida, a defesa da laicidade do Estado¹⁰.

Em 2016, as eleições municipais ocorreram em período imediatamente posterior a um dos maiores dramas políticos da recém democracia brasileira: o impeachment do então presidente Dilma Rousseff (PT). A oposição entre direita e esquerda se acentuava na sociedade e o uso eleitoral deste acirramento ideológico foi analisado por diferentes cientistas sociais (Mariano 2019; Oro e Carvalho 2017; Almeida e Toniol 2018; ROMERO, MANSILLA, LOZANO, TONIOL, BURITY, TORRE, 2019; Pinheiro-Machado 2018; entre outros). No Rio de Janeiro, saiu vitorioso o então Senador da República, Marcelo Crivella, sobrinho de Edir Macedo e bispo da Igreja Universal do Reino de Deus, que, naquele pleito, diferente do que empreendeu em sua campanha à reeleição para a prefeitura em 2020, buscava ocultar sua vinculação religiosa em

10 Inúmeros grupos, congressos, seminários e audiências públicas foram realizadas para refletir sobre a laicidade no Brasil. Destacaria um movimento emblemático no período: Movimento Estratégico pelo Estado Laico. O Manifesto de seu lançamento (18 de junho de 2013) foi divulgado na mídia, em meios universitários e do movimento social de base religiosa e não religiosa, entre políticos, nos conselhos de classe. Este manifesto tem importância sociológica neste debate porque ao mesmo tempo em que reúne em seus parágrafos afirmações correntes sobre democracia, liberdade e laicidade, divulga-as e amplia sua visibilidade e potência no debate político. Em seu texto o Brasil aparece como nação “ameaçada” pelo chamado “fundamentalismo religioso” que comprometeria o livre exercício da democracia obstaculizando a ampliação e comprometendo a garantia de direitos para os diferentes grupos que compõem a sociedade. A solução que se apresentava no documento era tornar efetiva a laicidade do Estado.

diferentes situações, como, por exemplo, nos debates e no horário eleitoral gratuito (Vital da Cunha, Lopes e Lui 2017, Almeida e Reis 2017, Marques 2018).

ELEIÇÕES 2018 E A RETÓRICA DA PERDA: PUREZA, PERIGOS, PERFORMANCES

Em 2018 o clima das eleições foi de acentuação de sentimentos de ameaça, perigos. A religião, que na disputa presidencial anterior era mais trazida como tradição nacional, reforçando uma identidade cristã brasileira, passa a ocupar o centro da disputa com candidatos anunciando claramente suas identidades religiosas e vinculações morais a estas comunidades como meio de se diferenciar entre os demais concorrentes ao executivo nacional, o que ocorreu nos estados também, e de se comunicar junto às bases. Foi uma eleição de recordes, pois tivemos 30,8% de votos brancos, nulos e abstenções em âmbito nacional; 13 de candidatos concorrendo à presidência da República, muitos em coligações, em um total de 34 partidos; 8.207 candidaturas a deputado federal. Também, em 2018, 79% dos brasileiros queriam um presidente que acreditasse em Deus. Do total nacional, 30% desejavam que o presidente fosse de sua mesma religião¹¹. Os sentimentos públicos de atordoamento e medo, tão presentes nas eleições presidenciais de 2014¹² não arrefeceram em 2018. Ao contrário, se mantiveram ganhando muitos contornos em um sentimento de perigos experimentados em pelo menos quatro planos: físico, patrimonial, moral e econômico. A sensação desses perigos foi explorada e fustigada pela maioria das candidaturas aos executivos e legislativos nacional e estaduais em performances políticas que conquistaram mentes e corações suficientes para a eleição de vários dos atores que a mobilizaram (Vital da Cunha e Evangelista, 2019).

11 Os dados são da Pesquisa *Retratos da Sociedade Brasileira – Perspectivas para as Eleições 2018*, realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião e Estatística (IBOPE) em março deste ano por encomenda da Coordenação Nacional da Indústria (CNI).

12 Para acompanhar as análises referentes a este pleito ver VITAL DA CUNHA et al. 2017.

O perigo que compunha as narrativas da maior parte dos candidatos vitoriosos estaria localizado no presente e na projeção de um futuro no qual mudanças em curso ganhariam força amplificando entre um número expressivo da população sentimentos de desordem, insegurança, impureza, nos termos de Douglas (2012). Reações à diversidade e ao pluralismo, a “misturas” que desafiavam à ordem social vigente emergiam na forma de pânicos morais em um contexto de alta modernidade amplificando demandas por segurança e o fortalecimento de identidades (Mariano2016; Magali 2020). Neste ambiente social e político, era possível observar, então, demandas pela ratificação de papéis, pelas oposições binárias entre gêneros (Correa e Kalil 2020), posições sociais¹³, pela explicitação do que é permitido e do que é interdito, do que pode e do que não pode estar misturado, ser equivalente, de definições claras sobre o que é ou não é puro (Douglas 2012) baseadas em escrituras sagradas e em tradição.

Podemos pensar neste contexto histórico como “tempos frios da história” identificados por Durkheim como aqueles nos quais transformações sociais ganham força e legitimidade, velhos ideais e divindades estariam sob a ameaça de desvanecerem ou de perderem centralidade na vida social. Esses períodos frios de mudanças são vistos por este clássico das Ciências Sociais como existencial e moralmente perturbadores para os indivíduos. Charles W. Mills, nesta mesma linha, décadas depois, conclui que:

Quando as pessoas estimam certos valores e não sentem que sobre eles pesa qualquer ameaça, experimentam o bem-estar. Quando os estimam, mas sentem que estão ameaçados experimentam uma crise – seja como problema pessoal ou questão pública. E se todos os seus valores estiverem em jogo, sentem a ameaça total do pânico” (Mills 1969, p.17-18).

Neste contexto, conclama o autor, a imaginação sociológica deve servir ao propósito de produzir modos de compreensão sobre as transformações em curso com vistas a aplacar tais sentimentos de medo, ameaça e apatia que fragilizariam a confiança interpessoal e interinstitucional, comprometendo a vida coletiva.

13 É possível identificar um compêndio de falas públicas pela manutenção de um *status quo ante* no qual camadas populares não estavam presentes no mesmo espaço que elites nacionais em <https://www.youtube.com/watch?v=v7V4tIUJLP8>

Este sentimento partilhado de ameaça em tantos planos favorece a demandas por um retorno, por uma volta ao passado¹⁴. Em termos supralocais as eleições presidenciais norte-americanas de 2016 mostraram o uso cirúrgico que a campanha do então candidato à presidência da República, Donald Trump, fez de uma narrativa que buscava no passado o referencial positivo para ações futuras expressa no conhecido slogan *make America great again*. Também no sentido de revisitação do passado com vistas ao futuro, foi gestado no coração da Europa Ocidental o chamado Manifesto Convivialista. Este conta com centenas de intelectuais na elaboração de propostas para uma vida sustentável com sensível defesa da recuperação de modos de vida e relação com a natureza de um passado mais ou menos recente na história da humanidade. Embora não seja possível estabelecer uma equivalência entre as duas dinâmicas, chamo atenção de que a recusa do presente e as propostas para o futuro de um número diversificado de atores ideologicamente mais afinados com perspectivas de direita ou de esquerda localizam no passado um manancial de possibilidades para a melhoria de vida das populações. Embora suas táticas e propostas para o futuro sejam diferentes, em ambos os casos, o passado é fonte de inspiração.

Nas eleições de 2018 no Brasil as pautas prioritárias dos vitoriosos gravitaram entre agenda moral (com destaque para as questões que envolviam “ideologia de gênero”, defesa da família nuclear chamada de “família tradicional”, como já destacamos), segurança pública (sob a forma do “combate à violência” e de “manutenção da ordem”) e combate à corrupção (com forte cunho moral de limpeza/renovação da política) (Vital da Cunha e Evangelista 2019). Nas

14 Luiz Fernando Dias Duarte (2004), ao analisar o lugar do romantismo na cultura ocidental moderna, contribui substancialmente para minha reflexão sobre a retórica da perda ao enumerar e analisar como em períodos de forte crítica às mudanças experimentadas socialmente em torno de “mores” advindos com capitalismo, democracia liberal, individualismo, a sociedade reagiu buscando no passado um abrigo narrativo, subjetivo, estrutural. Também Campoamor (2020), noutra escala, publiciza uma reflexão sobre nos tempos de crise ser comum o sentimento público de nostalgia. Cabe analisar, em nossa conjuntura específica, como esta nostalgia é costurada, como ela se relaciona e como elementos religiosos são ativados para fortalece-la, como atores políticos a utilizam de modo estratégico e com vistas a ganhos individuais ou institucionais.

candidaturas de modo geral, mas nas religiosas evangélicas e católicas, em especial, a narrativa era de que a recuperação de valores, uma volta ao passado serviria de base para restabelecer a vida social. O prefixo “re” era muito corrente no material de campanha e nos discursos desses candidatos vitoriosos. Elemento presente, inclusive, no discurso de posse do presidente eleito Jair Messias Bolsonaro, em 01 de janeiro de 2019, no qual afirma que sua missão era “restaurar e reerguer nossa pátria, libertando-a definitivamente do julgo da corrupção, da criminalidade, da irresponsabilidade econômica e da submissão ideológica¹⁵”. Havia uma clara referência a algo que fora perdido e precisava ser recuperado. As (supostas) perdas relativas ao plano dos costumes e ideológicos eram as que principalmente estavam presentes nas narrativas de candidaturas cristãs. Uma retórica da perda se anunciava. Esta, tal como iniciamos sua formulação no livro *Religião e Política: medos sociais, extremismo religiosos e as eleições 2014*, pode ser considerada como uma tática discursiva articulada por diferentes lideranças sociais e políticas (dentre elas, religiosas) baseada em um imperativo: o retorno da ordem, da previsibilidade, da segurança, da unidade, da autoridade. É um discurso que se contrapõe a mudanças sociais experimentadas socialmente no mundo a partir dos anos 1990 e, no Brasil, especialmente a partir de meados dos anos 2000. A insegurança moral e até ontológica produzida por mudanças em paradigmas sobre corpo e sexualidade, somado ao aumento da violência armada no campo e na cidade produziu em um contingente significativo da população um desejo de retorno a um *status quo ante* no qual não se sentia tantas ameaças físicas, morais e patrimoniais. O contexto de sua emergência seria o de fortalecimento do reconhecimento da diversidade no âmbito político (Novaes 2014) e, por outro lado, uma crescente visibilidade (e legitimidade) de atores e discursos identificados como conservadores no sentido dos costumes, da moral que regula as noções de normalidade partilhadas em cada momento nas sociedades (Domingues, 2019; Almeida 2019; Reis 2019; Starling 2019; Boulos 2016; Demier 2016).

15 Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-na-cerimonia-de-posse-no-congresso.shtml>. Acesso em 09 de outubro de 2019.

A retórica da perda é uma narrativa fundada, portanto, em uma insegurança moral diante de mudanças sociais empiricamente identificadas e que buscam reconhecimento. Diante destas mudanças que visam ao estabelecimento de outra normatividade ou à desconstrução de padrões de normalidade que negavam legitimidade a grupos e estilos de vida variados, a retórica da perda propõe o “resgate” de uma sensação de segurança (supostamente ou não) partilhada socialmente. A defesa de um modelo de família e de um padrão nas relações entre os gêneros são exemplos fulcrais desta narrativa. Conforme entrevistas que realizamos com parlamentares no Congresso Nacional desde 2007, evangélicos, mais do que quaisquer outros, identificavam na preservação da unidade familiar a resolução de inúmeros problemas sociais: do incremento da economia com uma disciplina orientada para o sucesso desde a tenra infância até a contenção do uso de drogas e aumento da autoconfiança¹⁶. Assim que, resumidamente, a defesa da família se tornou um recurso discursivo fundamental e que desafiava quem ousava denuncia-lo¹⁷. A montagem retórica fazia parecer que quem se interpunha era contra a família. Não. O que se confrontava ali eram perspectivas: uma que afirmava ser legítimo somente uma modalidade familiar (nuclear, heterossexual) e outra que defendia a valorização desta e de outras modalidades de família, como vimos no Estatuto das Famílias¹⁸. Era a unidade (fictícia) baseada em uma normatividade ancorada (supostamente) na natureza e na legalidade contra uma perspectiva plural que visava à garantia legal e moral de várias formas de família. Religiosos cristãos, e também aqueles

16 Para acessar o conteúdo das entrevistas gravadas com Zequinha Marinho (PSC-PA), Geraldo Pudim (PMDB-RJ) e outros parlamentares ver Vital da Cunha 2017b. Sobre a defesa política da família ver Teixeira (2016), Luna e Oliveira (2019), Duarte et al (2008) entre outros.

17 Para acessar um breve histórico sobre o Estatuto da Família e seu apoio parlamentar entre católicos e evangélicos ver Carranza e Vital da Cunha 2018.

18 O PL do Senado, nº 430/2013, de autoria da então senadora Lídice da Mata (PSB-BA), conhecido como Estatuto das Famílias, dispunha sobre a legalização e regularização de adoção, relações de parentesco, casamento ampliando a noção e as garantias legais concedidas à família formada por homem e mulher a outras conformações possíveis como a homossexual. Foi arquivada ao final da legislatura em 2018.

que não tinham em instituições e discursos religiosos a sua base, fortaleceram e se valeram desta melancolia.

Evidentemente, em um movimento dialético, estes atores sociais ao mesmo tempo identificam, amplificam e forjam esta insegurança moral que pode ser aqui caracterizada por uma dúvida, um desconforto, um medo e constrangimento em como se colocar diante da diversidade de identidades sexuais e de gênero e diante, por suposto, de todas as situações nas quais estas identidades emergem: no lar, nos espaços escolares, laborais, nas interações sociais de lazer etc. Assim, a retórica da perda é uma narrativa que se funda na identificação de um sentimento público que anseia por uma mudança. Mas não em direção ao novo, não prospectiva, vanguardista, utópica. A seta desta mudança desejada vai em direção ao passado. Um passado, em grande medida, imaginado. O sentimento de melancolia aqui é dominante. Neste lugar da memória (ou do desejo de memória perdido) as relações sociais seriam harmônicas, sustentáveis socialmente, produziam previsibilidade, logo, segurança. Este desejo de “mudança para trás” pode ser também chamado de retrotopia. Este é o título de um livro póstumo de Bauman (2017) no qual trata, em termos globais, de um desejo coletivo de retorno, de contenção de liberdade em nome da ampliação da sensação e experiência cotidiana de segurança.

A retórica da perda apresentou-se, então, como narrativa a disputar, no espectro político, com o discurso da liberdade. A oposição entre direita e esquerda emergiu, neste sentido, como, de um lado, a defesa da segurança em suas diferentes dimensões: econômica, moral e física¹⁹. De oposto estaria a defesa de direitos universais, da liberdade de comportamento, da garantia da diversidade e da democracia. Evidentemente não dizemos com isso que os grupos de direita sejam contrários integral ou parcialmente à democracia e às liberdades civis e que os de esquerda não se preocupem com a pauta da segurança. No entanto, em termos de apresentação pública e de identificação situada, os grupos de direita, sobretudo

19 Relativo aqui ao combate à violência urbana e àquela crescente no campo e nas cidades médias e em expansão.

nestas eleições de 2018, se identificavam pela defesa da segurança, autoridade e previsibilidade e obtiveram significativo sucesso nas urnas a partir da ativação desta retórica da perda. Na campanha, religiosos conservadores só falavam em liberdade para defender-lhes a liberdade de expressão contra a homossexualidade, a liberdade de educarem seus filhos sem intervenção de planos de educação nacionais que abordassem questões relativas à diversidade sexual.

Outro aspecto presente nos pontos anteriormente mencionados a merecer destaque é o da perda de autoridade. Entre grupos sociais diferentes e entre os religiosos cristãos de modo especial, era possível observar programas, homilias, livros, pronunciamentos na mídia, nos púlpitos das igrejas etc. de uma narrativa enfatizando em tom de denúncia uma perda relativa da autoridade paterna e materna sobre os filhos, dos maridos em relação às esposas, dos chefes em relação aos subordinados, do agente público em relação à população, dos professores em relação aos alunos. Este ponto, em especial, recebeu destaque no discurso de posse do Ministro da Educação, Milton Ribeiro, pastor presbiteriano, teólogo, advogado, ex-vice-reitor da Universidade Mackenzie (SP), que prometeu em sua gestão “resgatar o respeito” ao professor e reverter a “desconstrução de sua autoridade” em sala de aula. Estas narrativas podem ser igualmente computadas para a compreensão da eficácia do uso eleitoral e político da retórica da perda.

A perda da autoridade ou as ameaças a ela podem ser verificadas no plano político, assim como nas relações de gênero e de dominação alteradas pelas correlações de força entre norte e sul globais com a difusão de teses decoloniais (Fraser 2018; Holanda 2020; Correa e Kalil 2020; Quijano 1993; entre outros). Uma confrontação das elites se anunciava (Castel2017) assumindo inúmeras facetas ideológicas. Ou seja, a sensação de que algo estava perdido ou se perdendo não acontecia somente entre reacionários, extremistas de direita, mas entre um conjunto muito amplo das sociedades ocidentais, como vimos em outros exemplos acima.

É grande a complexidade do arranjo social que possibilitou a expansão e força moral desta Retórica da Perda em sua face religiosa e secular. Um dos elementos que destacaria, no âmbito religioso,

é a pentecostalização da base social (Oosterban 2008; Vital da Cunha 2018; entre outros). Seja por adesão institucional a igrejas e comunidades pentecostais e carismáticas evangélicas e católicas, seja por um referencial moral que se baseia na batalha (Teologia do Domínio) e na disciplina para o sucesso (Teologia da Prosperidade). Além disso, o crescimento da violência armada fez com que um contingente cada vez maior de pessoas passasse a temer serem vítimas (ou se encontram traumatizadas por já o terem sido) da escalada da violência no campo e nas cidades – são 180 brasileiros mortos por dia, sendo 75% deles negros, segundo números do Atlas da Violência²⁰. Contudo, a essas ameaças no plano físico/patrimonial e no plano econômico com o aumento vertiginoso de desempregados a partir de 2014 no Brasil, o sentimento de ameaça²¹ no plano moral produziu uma linha de continuidade entre ameaças materiais, concretas, e aquelas identificadas como no âmbito dos costumes. Elas permitiam a exploração criativa de cenários distópicos nos quais a vida humana estaria sendo comprometida em vista da liberação do uso de contraceptivos, do aborto e do casamento entre pessoas do mesmo sexo. A identificação destes sentimentos de ameaça e sua manipulação formou a base da campanha da maioria dos vitoriosos no processo eleitoral de 2018 (Vital da Cunha e Evangelista, 2019).

Além da manipulação de uma moralidade religiosa e da grande produção legal e ilegal de conteúdos nas mídias pela campanha de Jair Bolsonaro, o discurso do combate vigoroso à criminalidade foi importante. Bolsonaro apresentava um discurso que a população se acostumou a avaliar como “enérgico” (Larangeira 2004), ou seja, um discurso de combate à criminalidade violenta com ações ostensivas e de uso extremo da força²². Em termos mais sociológicos,

20 <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/> Acesso em 02 de outubro de 19.

21 Almeida (2019) vem refletindo sobre a formação de uma onda conservadora na qual os evangélicos teriam uma incidência fundamental. Na formulação de seu argumento elabora que esta onda se apresenta em algumas linhas de força que guardam um paralelo importante sobre estes sentimentos públicos de ameaça sobre os quais venho refletindo desde 2014.

22 Para saber mais sobre situações que produzem o imaginário da “violência urbana” e da “metáfora da guerra” que justificariam publicamente o uso extremo da força pelos agentes do Estado ver Machado da Silva (2008); Leite 2001 entre outros.

tratava-se de uma apresentação de si como homem forte sem receio de ser considerado autoritário. Assim, a percepção de Bolsonaro como um messias a garantir o retorno de uma segurança perdida foi importantíssimo na campanha.

Bolsonaro e outros candidatos que tiveram sucesso eleitoral mobilizaram os sentimentos de ameaça dispersos na população para se apresentarem como aqueles em condições de promover o resgate, a retomada, o retorno de algo que tinha sido perdido. Assim, diante do sentimento de insegurança, articulou-se uma narrativa que buscava produzir uma sensação de esperança de retorno ao passado (ainda que idealizado) do pleno emprego, das definições de papéis entre homens e mulheres. A religião operou como uma rede institucional de apoio. Mas este sentimento de ameaça e o desejo de solução imediata por uma via “enérgica” foi partilhado por um contingente muito maior de pessoas sem uma orientação necessária de qualquer institucionalidade. Em um quesito muito específico a base religiosa foi importante: na agenda de defesa de um padrão de família. Isso tomou a atenção dos cristãos no Brasil, em consonância com o que vinha acontecendo em outros países da América Latina (Mariano e Gerardi 2019; Guadalupe e Carranza 2020; entre outros). Mas somente isso não seguraria o voto em Bolsonaro.

ALIADOS DOS EVANGÉLICOS

Outra estratégia muito importante articulada por Jair Bolsonaro foi justamente jogar com duas identidades religiosas majoritárias no Brasil: a católica e a evangélica. Isto é, ele se apresentava como católico, mas tinha nas instituições evangélicas uma base de apoio para a qual acenava frequentemente. Sua ex-esposa é evangélica, seus filhos se apresentam como evangélicos, sua atual esposa é evangélica engajada em trabalhos sociais na igreja na qual congrega na Barra da Tijuca, Rio de Janeiro. Jair Bolsonaro (e outros candidatos em 2018) aproveitaram desta relação tornando-se ADEs –Aliados dos Evangélicos– com vistas ao alcance e manutenção do poder a partir do aquecimento e fidelização constantes de sua base.

Pelas mãos de evangélicos Bolsonaro saiu dos porões da política brasileira. Segundo Damares Alves, então secretária da Frente Parlamentar evangélica em entrevista concedida à pesquisa (Vital da Cunha e Lopes, 2012), Jair Bolsonaro não era da FPE, mas se reunia frequentemente com seus representantes. Foi estrategicamente convidado por Damares a participar da Audiência Pública ocorrida em maio de 2011 para apresentação do material didático de combate à homofobia nas escolas e denunciar o que julgavam uma apologia à homossexualidade. Os desdobramentos disso foram fartamente documentados na mídia da época e requeentados em 2018, visto que o principal opositor de Bolsonaro era Fernando Haddad, então Ministro da Educação quando da elaboração do material didático supracitado. A partir deste mecanismo Bolsonaro deixou de ser um candidato de nicho (de base militar) para ganhar visibilidade na cena pública como defensor de valores morais cristãos – e neste pacote entrava não só a defesa da família como slogan, mas também o combate a cotas raciais, à homossexualidade, defesa das armas etc. Tentou candidatar-se à presidência em 2014, mas não teve apoio partidário suficiente para isso. Foi batizado por Pastor Everaldo em 2016 e se filiou ao PSC (Partido Social Cristão) no intuito de concorrer às eleições. Sondou a parceria do então Senador Magno Malta (PR-ES) e não obteve sucesso. Desligou-se do PSC e, em seguida, passou a integrar o PSL (Partido Social Liberal) com vistas à disputa em 2018.

Com esse mecanismo do ADE todos os envolvidos saíram ganhando eleitoralmente: católicos carismáticos organizados, evangélicos pentecostais, neo-pentecostais e batistas renovados, assim como o próprio Bolsonaro e seu partido que de um parlamentar na legislatura anterior o PSL passou a 52 no início da legislatura em 2019. De modo consistente ocupam o executivo em ministérios e secretarias.

Em 2014, insuflados pelo crescimento dos evangélicos, segundo dados do IBGE, e de sua visibilidade pública sem precedentes, lançaram a primeira candidatura evangélica à presidência da República com apoio, inicialmente, de grandes líderes religiosos e políticos. O fracasso do então candidato Pastor Everaldo foi

retumbante: terminou em quinto lugar no total de votos válidos. O “recuo estratégico” veio nas eleições de 2018. Este foi o ano no qual pudemos observar o grande laboratório da tática ADE, pois não havia uma candidatura evangélica *tout court*, mas existia um candidato aliado dos evangélicos que lhes representaria (à maioria deles, digamos). O que Mariz (2017) identificou nas eleições 2016 como uma presença de candidaturas cristãs aos executivos e legislativos veio a se confirmar em 2018 no Brasil.

Em termos eleitorais, outro candidato ao executivo em 2018 mobilizou bastante esta estratégia ADE. Foi Wilson Witzel, então candidato a governador do Rio de Janeiro pelo PSC. Ele foi vitorioso por um conjunto de situações, como em toda vitória eleitoral. Especificamente em seu caso, pesaram as auras positivadas na mídia dos magistrados no Brasil (na esteira, à época, do enorme capital político do juiz Sérgio Moro, condutor da operação que ficou conhecida como Lava Jato), do “não ser político profissional”, como se dizia coloquialmente durante o pleito e, irremediavelmente, por ter contato com a base de apoio evangélica articulada pelo presidente do PSC, somada a situação de crescentes episódios de violência registrados no estado, com destaque para a cidade do Rio de Janeiro e Região Metropolitana, e a adaptação do seu discurso do meio para o final do pleito na linha do combate “enérgico” à criminalidade. Neste sentido, foi se aproximando e fortalecendo laços com candidatos evangélicos ao Senado, com destaque para Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), filho de Jair Bolsonaro. Witzel se apresentou como católico, mas estava fazendo campanha com Pastor Everaldo em diferentes eventos evangélicos. O governador do Rio de Janeiro seguiu nesta linha durante o curto período em que esteve na condução da política estadual. Seu mandato foi interrompido em 28 de agosto de 2020 quando foi afastado do cargo de governador por 180 dias. Atualmente enfrenta um processo de impeachment por suspeita de irregularidades na área da saúde. Em 29 de novembro de 2020, dia do segundo turno das eleições municipais deste ano, foi batizado evangélico na Igreja Vida Nova, em Inhaúma, localizada aos pés do Morro do Alemão, na Zona Norte do Rio de Janeiro.

A tática ADE foi levada a cabo nas eleições, mas continua em vigor nestes casos apresentados como em outros tantos no executivo e no judiciário. Importante observar, por fim, que nesta lógica, os jogos de ocultação e revelação da vinculação e/ou simpatia religiosas são situacionalmente mobilizados como recurso de conexão com bases numerosas. A lógica que organiza a dinâmica dos ADEs, como vimos até agora, é faccional. Nos clássicos artigos de Moacir Palmeira e Beatriz Heredia (1995; 2004) e Moacir Palmeira e Márcio Goldman (1996) sobre o “tempo da política” podemos acessar uma importante reflexão com excelente base etnográfica sobre o contexto faccional na qual oposições estritas e que podem chegar à violência física são perpetradas por oposição e situação dilacerando o tecido social durante suas disputas, chegando ao limite da divisão territorial e política de municípios que anteriormente eram integrados. A fidedignidade entre os integrantes da facção emerge como elemento central na composição interna, mais do que questões de interesse público e ideológicas. Essa lógica faccional da fidedignidade pode ser observada, por exemplo, durante a campanha de Jair Bolsonaro e na composição dos ministérios e secretarias de governo. No primeiro e segundo escalões do governo federal as justificativas para o aceite aos convites feitos e a motivação das indicações, por outro lado, passavam, com grande ênfase, pela publicização de uma fidedignidade do convidado à persona de Jair Bolsonaro e ao grupo em torno dele. O apoio fiel, mais do que a coerência com trajetórias políticas e intelectuais seria a base desta relação. As demissões também eram justificadas nestes termos faccionais, viscerais, vide ministros da saúde, justiça e até mesmo diretores de institutos de pesquisa durante estes anos de sua gestão (Vital da Cunha 2020). A formação de um novo partido por iniciativa do presidente da República e de seus filhos (todos se desfiliam do PSL) tem em seu nome o reforço desta tese do ethos da fidedignidade. O partido se chama Aliança e a imagem que projeta seu valor é a de dois círculos juntos em verde e amarelo mostrando união e força, duas ideias/sentimentos que emergem como slogans do partido em formação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política é um campo social no qual impressões e afetos têm grande importância. O clima das opiniões conduz debates, estratégias da campanha, orientam escolhas nas urnas. Neste contexto, como afiança Alexander (2014) as performances de verdade ativadas pelos candidatos são centrais. A verdade é parte fundamental na disputa eleitoral por toda moralidade, segurança e previsibilidade que esta ideia guarda. Ela funciona como uma aura que os adversários em campo buscam colocar sobre si próprios imputando aos outros o lugar da mentira, da precariedade, da insegurança. Nas eleições 2018, o que compôs a performance da verdade entre vários candidatos vitoriosos, como destaque aqui para o executivo nacional e em alguns estados brasileiros como Rio de Janeiro e São Paulo, se apresentou sob a produção de oposições apresentadas como claras. Entre político e não político, entre corrupção e correção/decoro, imoral e moral, esquerda e direita, impuros e puros. A base das narrativas era estabelecer diferenças radicais entre uns e outros com forte valorização da gestão (empresarial) em detrimento da política, do caráter “enérgico” no combate a males crescentes e perturbadores da ordem pública como criminalidade violenta e corrupção, além de valores tradicionais da sociedade. Em todos os casos uma oposição frontal com o presente se impunha. Mas foi principalmente nesta questão dos valores tradicionais que uma gama de apropriações, combinações, estratégias, sentimentos foram percebidos e utilizados. Na melancolia partilhada sobre o que estava sendo perdido em torno da tradição, fruto de um longo processo de globalização exponencialmente sentido com o amplo uso da tecnologia, das redes sociais, a recuperação da tradição seria fundamental. A perda das grandes narrativas, do romantismo no qual a própria noção de família nuclear é valorizada (Giddens 1993; Duarte 2004), parecia ter produzido uma fenda na estrutura social. Segundo Illouz (2011), o final do século XIX foi profundamente marcado pela emergência da psicanálise. Segundo a imaginação psicanalítica que teria tomado o ocidente no século XX, a família nuclear seria o ponto exato da origem do *eu – locus* no qual e a partir do qual podem começar a

narrativa e a história do sujeito. Por ironia, ao mesmo tempo que os alicerces tradicionais do casamento começavam a desmoronar na segunda metade dos 1900, a família retornou com plena força desempenhando um papel ainda mais crucial para a constituição de novas narrativas da identidade (Illouz 2011: 15 e 16).

As mudanças sociais percebidas de modo paulatino ao longo de todo o século XX revelariam o que emerge na narrativa de cristãos nas eleições 2018 no Brasil como forças poluidoras, tomando os termos de Douglas (2012). Neste sentido, a defesa da liberdade das mulheres, da garantia de direitos de LGBTs, do combate ao racismo emergia como narrativas da desordem, produtoras de poluições morais, de insegurança porque valorizava “misturas”, simetrias entre “não iguais”, segundo o enquadramento tradicional, sobretudo em um país de forte herança escravista e autoritária (Schwarcz2019; Peixoto 2013; entre outros). A esquerda nacional, identificada como os principais atores na defesa dessas pautas foram, portanto, tratadas como “o mal” a ser combatido por estes atores. A polarização política recente colaborou para consolidar uma direita cristã. Sendo assim, “antipetismo e antiesquerdismo passaram a nortear crescentemente posições políticas de líderes e deputados evangélicos” (Mariano e Gerardi 2019: p 74) e, em 2018, se revelaram com grande força na campanha com vitória eleitoral de vários de seus representantes²³.

Em termos supralocais, as reações a estas “forças poluidoras” entre grupos cristãos vieram na forma de fundamentalismos identificados, sobretudo, a partir dos anos 1940 nos EUA, país de sua dispersão. A tradição cristã antipluralista formada neste ambiente estaria concentrada na família, na defesa da autoridade masculina e docriacionismo, na contenção da sexualidade, da autonomia e dos direitos das mulheres, na oposição radical às demandas feministas (acusadas de corroer o patriarcado, afeminar os homens e masculinizar as mulheres), ao aborto, à homossexualidade, à educação sexual nas escolas (Mariano e Gerardi 2019: p. 65).

23 Outros trabalhos de pesquisa longitudinais, sem ênfase na questão religiosa, analisam este movimento pendular do lulismo ao chamado bolsionarismo (ver Pinheiro Machado e Scalco 2018).

Para fundamentalistas cristãos e demais defensores da tradição “perdida”, o que seu resgate oferecia era segurança em torno de papéis, do que homens, mulheres, filhos deveriam fazer, de como deveriam se portar, o que deveriam ansiar. Assim, “na luta pelo controle da moral privada e da vida pública, não titubearam em instrumentalizar o governo para desatar cruzadas contra adversários, defender valores cristãos e familiares como fundamento moral da nação e tentar impor padrões morais radicados em suas verdades bíblicas” (Mariano e Gerardi 2019: p. 65).

A produção narrativa de Bolsonaro era segmentada para um público diverso que ia de uma elite conservadora aos mais pobres e vulnerabilizados socialmente, como nos lembra a antropóloga Isabela Kalil (2018). Meu argumento é que a segmentação de seu discurso tinha uma base comum ancorada nesta retórica da perda. Para cada segmento (empresários, líderes religiosos conservadores, mulheres, homens, jovens etc.) explorava uma sensação de perda particular. A questão da perda de autoridade e de referenciais morais tradicionais comuns representados pela família nuclear reunia muitas mentes e corações.

Nesta ética e estética da pureza e perigo, a união situada de cristãos seguiu vitoriosa. Se no campo religioso o catolicismo é alvo de desmoralização e ataques de evangélicos, sobretudo ligados a denominações chamadas neopentecostais ou de terceira onda do movimento pentecostal no Brasil, na política esta aproximação tem sido notada em diferentes estudos revelando composições situadas com vistas a ganhos parlamentares e eleitorais. A “mistura” situada destes atores não os poluem moralmente. Pelo contrário, nesta união, defendem e valorizam o que seria comum à maioria nacional. A performance ADE – aliados dos evangélicos - foi uma estratégia robusta que vimos em sua culminância em 2018 com atualizações nas eleições municipais brasileiras em 2020 na qual vários candidatos à prefeitura de grandes cidades se apresentavam como evangélicos com vices católicos, e o contrário também se fez valer.

Neste artigo, acusações sobre contaminações morais entre esferas e tentativas de naturalização de passagens entre secular e

religioso, por outro lado, são observadas. A insistência no acompanhamento etnográfico dos vários contextos e grupos que abastassem esses movimentos e narrativas é uma missão científica fundamental e, como tal, de relevância pública notável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDER, J. Lutando a Respeito do Modo de Incorporação – Reação Violenta contra o Multiculturalismo na Europa. *Revista Estudos Políticos*, vol. 5, n. 2, 2014.
- ALMEIDA, R. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangélicos e a crise brasileira. *Novos Estudos* (CEBRAP), v. 38, p. 185-213, 2019.
- ALMEIDA, R.; TONIOL, R. *Conservadorismos, Fascismos e Fundamentalismos: análises conjunturais*. Campinas: Unicamp, 2018.
- ALMEIDA, R.; SANTOS, L.R. Crivella Prefeito: etnografia de um processo eleitoral. 2017. 41º Encontro nacional da ANPOCS.
- BAUMAN, Z. *Retrotopia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.
- CARRANZA, B; VITAL DA CUNHA, C. Conservative religious activism in the Brazilian Congress: Sexual agendas in focus. *SOCIAL COMPASS*, v. 3, p. 003776861879281-303, 2018.
- CARVALHO JÚNIOR, É.; ORO, A.P. Eleições municipais 2016: Religião e política nas capitais brasileiras. *Debates do NER*, n. 32, p. 15-68, jul./dez. 2017.
- CASTELLS, M. *Ruptura: a crise da democracia liberal*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2017.
- _____. *Ruptura: a crise da democracia liberal*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- CORREA, S.; KALIL, I.O. Políticas Antigênero em America Latina: Brasil. *ABIA*, v. 1. 117 p, 2020.
- CUNHA, M.N. *Fundamentalismos, crise na democracia e ameaça aos direitos humanos na América do Sul: tendências e desafios para a ação*. Salvador: Koinonia Presença Ecumênica e Serviço, 2020.
- DOUGLAS, M. *Pureza e perigo*. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- DUARTE, L.F.D. A Pulsão Romântica e as Ciências Humanas no Ocidente. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n. 55, p. 05-18, 2004.
- DUARTE, L.F.D.; JABOR, J.; Gomes, E.C.; LUNA, N. Family, Reproduction and Religious Ethos in Brazil. Subjectivism and Naturalism as Structuring Values. *Archives de Sciences Sociales des Religions*, v. 53, p. 113-130, 2008.

- FRASER, N. Do neoliberalismo progressista a Trump – e além. *Política & Sociedade* - Florianópolis - vol. 17, n. 40 - set./dez. 2018.
- GIDDENS, A. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora Unesp, 1993.
- GUADALUPE, J.L.; CARRANZA, B. (orgs.). *Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020.
- HEREDIA, B. 2004. Lutas entre iguais: as disputas no interior da facção política. In Palmeira, M. e Barreira, C. (orgs.), *A Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- HOLLANDA, H.B. de (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
- ILLOUZ, E. *O amor nos tempos do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- KALIL, I.O. Notas sobre 'Os Fins da Democracia?: etnografar protestos, manifestações e enfrentamentos políticos. *PONTO URBE*, v. 22, p. 1-6, 2018.
- LARANGEIRA, E. *Cavalos Corredores: a verdadeira história*. Rio de Janeiro: Beto Brito Editora. 2004.
- LEITE, M. Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e políticas de segurança no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Segurança Pública*. São Paulo. v. 6, n. 2. ago.-set. 2012. p. 374-389.
- LUNA, N.; OLIVEIRA, L. de. Apresentação Dossiê - Parentesco, família e diversidade: controvérsias públicas e perspectivas etnográficas. *Sexualidad, Salud y Sociedad* (Rio de Janeiro), v. 33, p. 200-206, 2019.
- MACHADO, M. das D.C. Aborto e ativismo religioso nas eleições de 201. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 7, 2012.
- MACHADO DA SILVA, L.A. *Vida sob cerco*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- MARIANO, R. A reação dos evangélicos brasileiros ao novo Código Civil. *Sociedad y Religión*, v. XVII, p. 41-60, 2007.
- _____. Expansão e ativismo político de grupos evangélicos conservadores. Secularização e pluralismo em debate. *Civitas*, Porto Alegre, v. 16, n. 4, p. 710-728, out.-dez. 2016.
- MARIANO, R.; GERARDI, D.A. Eleições presidenciais na América Latina em 2018 e ativismo político de evangélicos conservadores. *Revista USP* (São Paulo), n. 120, p. 61-76, jan./fev./març. 2019.
- MARIZ, C. Algumas questões inspiradas pelas eleições municipais de 2016: comentando o artigo de Érico Tavares de Carvalho Junior e

- Ari Pedro Oro. *Debates do NER* (Porto Alegre), n. 32, p. 15-68, jul./dez. 2017.
- MARQUES, R. Um embate entre Marcelos: uma análise das interfaces entre religião, política e mídia nas eleições 2016 no Rio de Janeiro. 2018. Dissertação (Mestrado em PPCULT Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades) - Universidade Federal Fluminense.
- MILLS, C.W. *A imaginação Sociológica*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1969.
- MISKOLCI, R. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. *Cad. Pagu* (Campinas), n. 28, jun. 2007.
- NOVAES, R.; REYES, C. Em nome da Diversidade. Notas sobre novas modulações nas relações entre religiosidade e laicidade. *Comunicações do ISER* (Rio de Janeiro), n. 69, 2014.
- ORO, A.P.; MARIANO, R. Eleições 2010: Religião e política no Rio Grande do Sul e no Brasil. *Debates do NER* (UFRGS. Impresso), v. 11, p. 11-38, 2010.
- OOSTERBAAN, M. Spiritual Attunement: Pentecostal Radio in the Sound scape of a Favela in Rio de Janeiro. *Social Text* 96, vol. 26, n. 3, pp. 123-145, 2008.
- PALMEIRA, M.; GOLDMAN, M. (orgs.). *Antropologia, Voto e Representação Política*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996.
- PALMEIRA, M.; HEREDIA, B. 2010[1995]. Os comícios e a política de facções. In PALMEIRA, M., HEREDIA, B. *Política Ambígua*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, pp. 27-80.
- PEIXOTO, F.A. Gilberto Freyre: miradas sobre a América Hispânica. In Motta, R.; Fernandes, M. (org.). *Memória do Saber: Gilberto Freyre*. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2013, v. 1, p. 11-422.
- PINHEIRO-MACHADO, R.; SCALCO, L.M. Da esperança ao Ódio: Juventude, Política e Pobreza do Lulismo ao Bolsonarismo. *Cadernos Ihu Idéias* (Unisinos), v. 16, p. 3-15, 2018.
- ROMERO, C.; MANSILLA, M.A.; LOZANO, F.; TONIOL, R.; BURITY, J.A.; TORRE, R.L. Tradicionalismos, Fundamentalismos, Fascismos. *Encartes Antropológicos*, v. II, p. 252-287, 2019.
- SCHWARCZ, L.M. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- TEIXEIRA, J.M. *Mulher Universal: corpo, gênero e pedagogia da prosperidade*. Rio de Janeiro: Mar de Ideias, 2016. v. 2. 220 p.
- VITAL DA CUNHA, C. Pentecostal cultures in urbanperipheries: a socio-anthropological analysis of Pentecostalism in arts, grammars, crime and morality. *Vibrant*, 2018, v.15, n.1.

- _____. *Mandonismo e Sadismo durante a pandemia no Brasil: analisando a gestão de Bolsonaro à luz da obra de Gilberto Freyre*. São Paulo: Editora Recriar, 2020. v. 6. 30 p.
- VITAL DA CUNHA, C.; EVANGELISTA, A.C. Estratégias eleitorais em 2018: o caso das candidaturas evangélicas ao legislativo no Brasil. *Sur: Revista Internacional de Direitos Humanos*, edição 29, 2019.
- VITAL DA CUNHA, C; LOPES, P.V.L. *Religião e política: uma análise da atuação de parlamentares evangélicos sobre direitos das mulheres e de LGBTs no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll; Instituto de Estudos da Religião, 2012.
- VITAL DA CUNHA, C.; LOPES, P.V.L. e LUI, J. *Religião e Política: medos sociais, extremismo religioso e as eleições 2014*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll; Instituto de Estudos da Religião, 2017a.
- VITAL DA CUNHA, C. ‘Televisão para salvar’: religião, mídia e democracia no Brasil contemporâneo. *Revista Antropolítica*, n. 42, Niterói, p.199-235, 1. sem. 2017b.

JORNAIS CONSULTADOS

- CAMPOAMOR, D. Why we reach for nostalgia in times of crisis. *The New York Times*, New York, 28 jul. 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/07/28/smarter-living/coronavirus-nostalgia.html>



CHRISTINA VITAL DA CUNHA é professora associada do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense. Coordena o LePar – Laboratório de estudos sócio antropológicos em política, arte e religião e integra a equipe de pesquisadores do MARES, coord. por Emerson Giumbelli. É autora do livro *Oração de Traficante* e coautora de *Religião e política: uma análise da participação de parlamentares evangélicos sobre o direito de mulheres e de LGBTs no Brasil* (2012), entre outros livros e artigos.